

sexos, fazendo das mulheres menores dependentes dos maridos. Surgem os movimentos feministas influenciados pelo saint-simonismo e pelo fourierismo, fazendo ouvir as suas reivindicações na sua imprensa, que se desenvolve. Enviaem petições aos deputados, que as ignoram. As mulheres de 1848 lutam pelos seus direitos, mas continuam a ser excluídas da esfera pública.

A industrialização torna as mulheres visíveis no mundo do trabalho apesar de elas terem sempre trabalhado. Mas as operárias são consideradas concorrentes pelos trabalhadores masculinos. Os moralistas julgam que o trabalho das mulheres é contra a sua natureza e fazem a apologia do trabalho ao domicílio. O direito ao trabalho das mulheres torna-se, assim, o cavalo de batalha das feministas.

Na véspera da Grande Guerra, o movimento feminista atinge o seu apogeu, mas as prioridades desta apagam as reivindicações feministas. As mulheres substituem os homens que estão na frente, mostram as suas capacidades e esperam o agradecimento depois do fim do conflito, mas são «enviadas» para os seus lares.

O período entre as duas guerras é caracterizado pelo «regresso à normalidade» e pela glorificação do papel das mulheres em casa. A crise económica de 1929 e o crescimento dos fascismos anunciam o declínio dos feminismos.

Vichy reforça a ideia de que as mulheres são responsáveis pela derrota da França. Encarnam a decadência e é preciso educá-las de maneira

a cumprirem os seus deveres de mães de família. É adoptada uma política natalista e o aborto é considerado um crime contra o Estado.

O papel das mulheres na resistência e a ideia de que o seu voto será conservador fazem com que o general de Gaulle lhes conceda o direito de voto em 1944. Mas a obtenção do direito de voto não modificou o acesso ao poder político. Em 1946, a Assembleia Nacional conta apenas com 6% de deputadas. Esta percentagem não aumentou muito e cinquenta anos mais tarde, em 1997, atinge 10,9%. Concluindo com «o direito de voto e depois[...]», Yannick Ripa interroga-se sobre a estagnação da presença das mulheres nas instâncias do poder político e coloca a questão: como é que uma assembleia maioritariamente masculina pode representar os dois sexos?

De leitura muito agradável, este livro não é só destinado aos estudantes, mas a todo(a)s que acreditam que as mulheres foram também actrizes da história.

ANNE COVA

*Jorge Vala (org.), **Novos Racismos: Perspectivas Comparativas**, Oeiras, Celta, 1999, 179 páginas.*

Esta obra integra algumas das comunicações apresentadas ao seminário «Expressões dos racismos: pers-

pectivas psicossociológicas», que teve lugar no Palácio Fronteira, em Outubro de 1997, bem como outros textos produzidos a partir da discussão então realizada. Com uma excepção — o estudo de Valentim Alexandre —, os contributos, assinados por autores portugueses e estrangeiros, provêm da psicologia social. A associação de um historiador ao painel e referências esparsas ao longo do livro revelam, no entanto, a preocupação de situar historicamente os novos racismos.

A «abrir» a introdução, Jorge Vala lembra-nos o assassinato de Alcino Monteiro, um cidadão português de ascendência cabo-verdiana, ocorrido a 10 de Junho de 1995, às mãos de indivíduos que pretendiam agredir «pretos». O objectivo do organizador desta colectânea, contudo, não consiste em denunciar actos de violência racista; é antes determinar, numa perspectiva processual, os factores que podem originar formas mais subtis, não violentas, de racismo. Isto porque, para lá dos casos pontuais de racismo explícito, relativamente fáceis de identificar, isolar e punir, têm sido detectadas nas sociedades europeias contemporâneas crenças e práticas de um racismo difuso e velado, que se perpetuam incólumes.

Assim, duas problemáticas atravessam este livro, levantando questões estimulantes e pouco debatidas entre nós. Por um lado, saber se o conceito de racismo subtil é útil para entender as novas expressões de racismo nas sociedades formalmente anti-racistas do pós-segunda guerra

mundial. Por outro, perceber se as expressões do racismo em Portugal e os factores que lhes subjazem são ou não são semelhantes aos detectados noutros países europeus.

No capítulo inaugural, da autoria de Roel Meertens e Thomas Pettigrew, são apresentados os resultados de um estudo sobre o racismo em quatro países europeus (Inglaterra, Holanda, França e Alemanha), distingue-se racismo flagrante de racismo subtil, testa-se a validade empírica do conceito de racismo subtil a partir dos dados recolhidos, prova-se que o racismo subtil é um conceito útil para compreender as novas expressões do racismo nas sociedades contemporâneas formalmente anti-racistas e que as crenças racistas veladas não se confundem com o conservadorismo político.

A seguir, Jorge Vala, Rodrigo Brito e Diniz Lopes divulgam os dados obtidos através de um questionário efectuado em Lisboa e concelhos limítrofes sobre o racismo flagrante e o racismo subtil (estudo orientado para a análise das relações entre variáveis e não para a descrição quantitativa de opiniões) e comparam-nos com os da investigação de Pettigrew e Meertens, revelando que não existe uma especificidade do caso português nem ao nível das crenças racistas nem ao nível dos factores subjacentes. Com efeito, em Portugal, tal como noutros países europeus, exprime-se mais racismo subtil do que racismo flagrante. Este último, identificado com o racismo mais tradicional, revela-se através da crença na infe-

rioridade racial dos negros¹, na oposição à mistura de raças e na percepção do exogrupo enquanto ameaça; já o racismo subtil, resultado de uma interiorização da norma anti-racista, revela-se através da acentuação das diferenças culturais, da defesa dos valores tradicionais e da recusa de sentimentos positivos relativamente aos negros.

Luciano Arcuri e Stefano Boca, recorrendo também à escala de racismo flagrante e de racismo subtil de Pettigrew e Meertens, procuram avaliar a relação entre as categorias de racismo e o posicionamento político em Itália. Os resultados mostram que os sujeitos de direita expressam tanto racismo flagrante como subtil, ao passo que os de esquerda manifestam índices mais baixos de racismo flagrante e relativamente mais elevados de racismo subtil.

Thomas Pettigrew intervém novamente, agora com um texto sobre os factores preditores do racismo. Partindo da constatação, por um lado, de uma considerável consistência dos preditores do racismo ao nível da análise individual e da existência de uma multiplicidade de dimensões do pre-

conceito, por outro, o autor tenta sistematizar e reduzir o número de variáveis preditoras do racismo, sem deixar de integrar a grande diversidade de manifestações do fenómeno. Daí resulta uma organização dos preditores do racismo em quatro factores — classe social, tradicionalismo, consciência política e cosmopolitismo —, à qual submeteu os dados do inquérito europeu, conseguindo colocar em evidência aspectos pertinentes em termos teóricos.

Serge Moscovici e Juan Pérez, por seu turno, fornecem um substantivo enquadramento histórico sobre o racismo anticigano em Espanha, «descrevem as estratégias utilizadas para converter a minoria cigana, a resistência desta e a consequente mudança na representação deste grupo, que deixou de ser visto como um povo de peregrinos religiosos para passar a ser considerado de ‘natureza’ diferente» (pp. 5-6). Os autores apresentam, depois, dois estudos que confirmam aquele processo. Assim, de acordo com o primeiro estudo, quanto maior é o conhecimento da perseguição e discriminação de que os ciganos foram alvo ao longo da história e da sua resistência à conversão, mais este grupo é representado através de traços «naturais» e não «culturais». Os resultados do segundo estudo mostram que se exprimem mais atitudes anticiganos quando se evidencia a resistência dos ciganos à integração e se atribui essa resistência a capacidades inatas desse grupo. Nesse caso, a culpa por serem perseguidos e discriminados é assacada aos próprios ciganos.

¹ Os autores decidiram colocar os inquiridos perante a dicotomia entre a categoria endogrupal «os portugueses» e a categoria exogrupal «os negros residentes no nosso país», porque, apesar de «os negros» em Portugal representarem múltiplas situações jurídicas, origens geográficas e nacionais e pertenças comunitárias, as representações que deles têm os portugueses «brancos» os diluem numa mesma categoria lata de indivíduos de ascendência africana (cf. pp. 39-40).

Leonel Garcia-Marques mostra que os estereótipos são inevitáveis enquanto representação cognitiva da sociedade, pois a aprendizagem social implica sempre simplificação da imensa informação com que o indivíduo se confronta. Já a discriminação racial ou étnica não é inevitável, uma vez que «o estereótipo cultural só afecta os julgamentos e as decisões de indivíduos com crenças pessoais igualitárias e democráticas em condições cognitivas desfavoráveis» (pp. 130-131).

Valentim Alexandre analisa a evolução das características atribuídas à raça negra na ideologia dominante ao longo do processo de construção do moderno império português em África. Com algumas excepções (por exemplo, Sá da Bandeira, Andrade Corvo, Norton de Matos, que acreditam na possibilidade de civilizar, num prazo mais ou menos longo, os africanos), até à década de 40 considera-se que a raça negra é por natureza inferior e, portanto, o seu trabalho pode ser explorado pelas potências europeias. No pós-segunda guerra mundial começa a ter aceitação nos círculos dominantes uma postura mais coerente com os novos tempos. Enquanto o regime inflecte a sua política colonial no sentido de uma suposta integração multirracial no ultramar, o luso-tropicalismo é utilizado para exaltar a capacidade de miscigenação e de interpenetração cultural dos portugueses em África.

No capítulo final, Jorge Vala, Diniz Lopes e Rodrigo Brito introduzem um argumento de certa forma

inquietante: uma das manifestações do novo racismo consiste em deslocar as hierarquias raciais para as hierarquias culturais. Além de situarem historicamente o momento da progressiva substituição do discurso racista tradicional por outro que salienta as diferenças culturais, os autores esclarecem que essa mudança ocorreu «por razões de normatividade social, por motivos político-institucionais, mas também por razões associadas à divulgação do pensamento científico e à autoridade científica» (p. 149). Como fica claro neste último texto, o novo enfoque na diferenciação cultural implica um acentuar das diferenças entre culturas e não uma mera enunciação dessas diferenças. E a partir do exagero das diferenças é construída uma escala hierárquica que valoriza a cultura do endogrupo em detrimento da do exogrupo, considerada inferior.

Importava testar se a diferenciação cultural relativamente a imigrantes brancos em Portugal, vivendo em condições económicas e sociais precárias, não operava da mesma maneira que em relação aos «negros». A discriminação dos «negros» por parte dos inquiridos nos quais se detectaram crenças racistas «latentes» não poderá fundar-se no facto de os «negros» serem *outros* não integrados no padrão de vida europeia ocidental (como também, desse ponto de vista, são *outros* os ciganos ou os imigrantes da Europa de Leste, por exemplo)?

Parece-nos que é ainda e sempre a questão da diferença racial (cor, traços físicos) que subjaz a qualquer tipo

de racismo, seja o flagrante, seja o subtil. O racismo velado pressupõe inevitavelmente uma essencialização das diferenças culturais (a cultura dos negros é diferente e será sempre diferente porque pertence aos negros). Mesmo quando só enfatiza a diferenciação cultural, o inquirido com crenças racistas (subtis) parte de uma percepção da diferença apreendida pelos sentidos (a cor, o cheiro, as formas, o sotaque). Parece-nos que os autores poderiam ter reforçado esta ideia: as crenças racistas, até as que assentam na diferença cultural, não deixam de «naturalizar» as culturas em questão; culturas distintas também pressupõem naturezas distintas. Porque, se assim não fosse, não estaríamos antes a falar de etnocentrismo?

Um derradeiro comentário à afirmação que «fecha» o oitavo capítulo. Com base na argumentação acima exposta e nos resultados do seu inquérito, os autores defendem que existe um «paradoxo» no facto de a UNESCO aconselhar o uso da expressão «grupos étnicos» «como uma expressão não racista e não discriminatória», «quando ela constitui a semente de um novo racismo» (p. 167). Pela nossa parte, não consideramos que a expressão «grupos étnicos» — aliás, ainda preterida na linguagem coloquial pela expressão «raças» — seja por si só a semente de um novo racismo. Embora a expressão possa ser usada dentro do contexto da hierarquização de culturas, a manipulação é exterior à expressão. Fará sentido, numa perspectiva de combate aos novos racismos, censurar determinadas palavras?

Dessa forma, não corremos o risco de deixar que passem despercebidas crenças racistas, escondidas uma vez mais sob novas expressões não anti-normativas?

A atravessar a obra encontra-se o propósito de desconstruir a ideia, fortemente enraizada entre nós, de que a sociedade portuguesa é imune ao racismo e que os actos isolados e esporádicos de violência racista praticados em Portugal provam que o povo português é, na sua larga maioria, tolerante. Mesmo em termos históricos, a evolução (transmutação) das crenças racistas em Portugal não é diferente daquela que ocorre no resto da Europa ocidental. Na sociedade portuguesa, tal como no conjunto das sociedades europeias contemporâneas, formalmente anti-racistas, o racismo explícito cedeu lugar a crenças e atitudes racistas não antinormativas. A leitura deste conjunto de estudos ajuda-nos, de facto, a perceber sob que máscaras se esconde neste final de século, no mundo «civilizado», um racismo plural.

CLÁUDIA CASTELO

Isabel Guerra (coord.), A Baixa Pombalina. Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores, Oeiras, Celta, 126 páginas.

A área central polariza a vida social e económica, aqui convergem